

RECURSO ESPECIAL Nº 1.858.762 - AL (2020/0013579-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**
PROCURADOR : **JASSON FERREIRA LIMA - AL003074**
RECORRIDO : **RIO TEJO INCORPORAÇÕES LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. CULPA PELA DEMORA DE ATO PROCESSUAL. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE MACEIÓ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, no qual discute a ocorrência de prescrição da pretensão executória de crédito tributário.

É o relatório. Decido.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Conforme sedimentado pela Primeira Seção, "a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106 do STJ [todavia], a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07 do STJ" (REsp 1102431/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 01/02/2010).

No caso dos autos, consideradas as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido, o recurso não pode ser conhecido, porquanto, afirmada a ocorrência da prescrição e afastada a culpa da máquina judiciária na inércia processual, eventual reforma do acórdão recorrido dependeria do reexame fático-probatório dos autos.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator